

Grupo de
Institutos,
Fundações e
Empresas

**Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2018**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Assurance Services Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Fundadores e Administradores do
Grupo de Institutos, Fundações e Empresas
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as pequenas e médias empresas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para as pequenas e médias empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

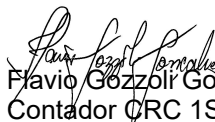


- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de abril de 2019

KPMG Assurance Services Ltda.
CRC 2SP023228/O-4


Flavio Gozzoli Gonçalves
Contador CRC 1SP290557/O-2

Grupo de Institutos, Fundações e Empresas

Balço patrimonial exercícos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em Reais)

Ativo	Nota	2018	2017	Passivo	Nota	2018	2017
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.582.057	1.164.683	Fornecedores	10	81.870	61.022
Recursos vinculados a projetos	5	1.548.371	1.744.898	Impostos e contribuições retidos na fonte e a recolher	11	6.853	6.197
Fundo Patrimonial	6	735.507	-	Obrigações sociais e trabalhistas	12	293.085	195.252
Outros créditos	7	173.283	101.885	Projetos vinculados a executar	13	1.548.371	1.744.898
Despesas antecipadas	8	<u>226.973</u>	<u>283.427</u>	Adiantamentos de associados	14	<u>1.325.377</u>	<u>1.101.933</u>
				Total do passivo circulante		<u>3.255.556</u>	<u>3.109.302</u>
Total do ativo circulante		<u>5.266.191</u>	<u>3.294.893</u>				
Não circulante				Patrimônio líquido			
Fundo Patrimonial	6	1.602.297	2.194.868	Patrimônio social	16	2.623.505	1.879.601
Imobilizado	9	230.898	242.338	Superávits acumulados		<u>1.220.609</u>	<u>743.903</u>
Intangível		<u>284</u>	<u>708</u>	Total do patrimônio líquido		<u>3.844.114</u>	<u>2.623.504</u>
Total do ativo não circulante		<u>1.833.479</u>	<u>2.437.913</u>				
Total do ativo		<u><u>7.099.670</u></u>	<u><u>5.732.806</u></u>	Total do passivo		<u><u>7.099.670</u></u>	<u><u>5.732.806</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo de Institutos, Fundações e Empresas

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em Reais)

	Nota	2018	2017
Receitas operacionais			
Atividades			
Receita com mensalidades e contribuições associativas	18	2.935.932	2.469.211
Receita de projetos e convênios	19 a.	1.922.538	2.084.771
Receita com eventos - congresso GIFE	19 a.1	3.147.863	-
Receita de ensino - cursos e seminários		-	874
Outras receitas operacionais		-	19
Trabalho voluntário	24	6.771	8.721
		<u>8.013.104</u>	<u>4.563.596</u>
Total			
		<u>8.013.104</u>	<u>4.563.596</u>
Custos e despesas operacionais e administrativas			
Despesas com pessoal	20	(3.241.745)	(2.774.532)
Despesas gerais com eventos - congresso GIFE	22	(1.600.342)	-
Despesas gerais com projetos e convênios	22	(1.419.111)	(1.394.755)
Despesas com depreciação e amortização		(25.684)	(34.038)
Despesas gerais e administrativas	21	(670.793)	(562.760)
Trabalho voluntário	24	(6.771)	(8.721)
		<u>(6.964.446)</u>	<u>(4.774.806)</u>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	23	208.648	298.062
Despesas financeiras	23	(36.698)	(101.384)
		<u>171.950</u>	<u>196.679</u>
Superávit/(déficit) do exercício		<u>1.220.609</u>	<u>(14.531)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo de Institutos, Fundações e Empresas

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em Reais)

	2018	2017
Superávit/(déficit) do exercício	1.220.609	(14.531)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>1.220.609</u>	<u>(14.531)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo de Institutos, Fundações e Empresas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em Reais)

	Patrimônio social	Superávits acumulados	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2017	1.397.561	1.240.475	2.638.036
Incorporação do superávit acumulado	482.040	(482.040)	-
Resultado do exercício	-	(14.531)	(14.531)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.879.601	743.904	2.623.505
Incorporação do superávit acumulado	743.904	(743.904)	-
Resultado do exercício	-	1.220.609	1.220.609
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.623.505	1.220.609	3.844.114

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo de Institutos, Fundações e Empresas

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em Reais)

	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	1.220.609	(14.531)
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	25.684	34.038
Varição nos ativos e passivos		
Redução / (aumento) nos ativos em		
Recursos vinculados a projetos	196.528	74.311
Aplicação Fundo BIS	-	87.452
Contas a receber	-	1.116
Outros créditos	(71.397)	(48.776)
Despesas antecipadas	56.454	(259.163)
(Redução) / Aumento nos passivos em		
Projetos vinculados a executar	(196.528)	(161.764)
Obrigações fiscais a recolher	656	1.382
Fornecedores e outras contas a pagar	20.848	30.689
Obrigações sociais e trabalhistas	97.832	(12.954)
Adiantamento de associados	223.444	66.142
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizados nas) atividades operacionais	<u>1.574.130</u>	<u>(202.058)</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	(13.820)	(12.517)
Outros investimentos	(142.936)	(152.859)
Fluxo de caixa (utilizados nas) atividades de investimento	<u>(156.756)</u>	<u>(165.376)</u>
Aumento/(redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u>1.417.374</u>	<u>(367.434)</u>
Caixa equivalente de caixa em 1º de janeiro	1.164.683	1.532.117
Caixa equivalente de caixa em 31 de dezembro	<u>2.582.057</u>	<u>1.164.683</u>
	<u>1.417.374</u>	<u>(367.434)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

(Em Reais)

1 Contexto Operacional

O GIFE - Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (“GIFE” ou “Entidade”), constituído em 26 de maio de 1995, é uma associação civil sem fins lucrativos, que reúne organizações de origem empresarial, familiar, independente e comunitária, as quais investem em projetos com finalidade pública. Sua missão é aperfeiçoar e difundir conceitos e práticas do uso de recursos privados para o desenvolvimento do bem comum, contribuindo assim para a promoção do desenvolvimento sustentável do Brasil, por meio do fortalecimento político-institucional e do apoio à atuação estratégica dos investidores sociais privados.

Os recursos financeiros para manter a estrutura e atividades da organização advêm fundamentalmente das contribuições recebidas de associados, do resultado gerado pelos seus ativos financeiros, dos recursos financeiros captados por meio de patrocínios com fundações e outras organizações, além de receitas obtidas por meio de cursos do GIFE.

2 Apresentação das Demonstrações Contábeis

a. Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as pequenas e médias empresas.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho Fiscal em 26 de abril de 2019.

b. Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros não-derivativos registrados por meio do resultado, mensurados pelo valor justo.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas na moeda Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras estão apresentadas em Reais.

d. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Entidade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2019 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 3c (ii) - Prazo de vida útil do imobilizado**

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Entidade requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração da Entidade.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Entidade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação.

3 Principais Políticas Contábeis

As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

a. Instrumentos financeiros

(i) *Ativos financeiros não derivativos*

A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Entidade. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e Recebíveis

Empréstimos e Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem contas a receber e outras contas a receber.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. As aplicações financeiras possuem risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. Essas aplicações são classificadas na categoria “Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

Recursos vinculados a convênios

Recursos vinculados a convênios representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados no convênios para fazer frente às obrigações do convênio.

Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, projetos vinculados a executar e adiantamento de associados.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(ii) Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2018 e 2017, incluindo operações de *hedge*.

b. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

As vidas úteis estimadas para o período corrente são as seguintes:

Máquinas, equipamentos e instalações	10 anos
Equipamentos de informática e comunicação	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

c. Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão.

d. Provisões e passivo circulante

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

O passivo circulante é demonstrado pelo valor e conhecido ou calculável acrescido, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

e. Demais ativos circulantes e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data dos balanços.

f. Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. As contribuições associativas são reconhecidas no resultado do ano a que se referem.

Os recursos recebidos de terceiros em convênio e patrocínios são reconhecidos da seguinte forma:

- **Recebimento dos recursos:** Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de recursos vinculados a convênios e a crédito de gastos a incorrer em convênios no passivo circulante.

- **Consumo como despesa:** Quando ocorre o empenho dos valores recebidos de terceiros em convênio e as despesas são reconhecidas, no mesmo momento as receitas com convênio são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida ao débito de projetos vinculados a executar no passivo circulante.

g. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias cobradas pelas instituições financeiras.

h. Receitas com trabalhos voluntários

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1)-Entidade sem Finalidade de Lucro, a Entidade valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração, sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a despesas operacionais também no resultado do exercício.

i. Gerenciamento de risco financeiro

A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez
- Risco de mercado

A Entidade apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Entidade, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco na Nota Explicativa nº 25.

4 Caixa e Aplicações Financeiras

O caixa e as aplicações financeiras são constituídos conforme abaixo:

	2018	2017
Caixa e banco conta movimento	8.242	6.719
Certificado de depósitos bancários / Cotas de fundo de investimento (a)	<u>2.573.815</u>	<u>1.157.964</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>2.582.057</u>	<u>1.164.683</u>

- (a) Estão substancialmente compostas por aplicações em cotas de fundos de investimentos renda fixa de curto prazo, administrados pelos bancos Itaú Unibanco S/A e Banco Bradesco S/A, com tendência da variação das taxas de juros pós-fixadas (Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI) e Certificado de Depósitos Bancários (CDB), remuneradas a taxa de 80% a 97% do valor da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5 Recursos vinculados a projetos

	2018	2017
Banco conta movimento	1	1
Aplicações financeiras - recursos com eventos - congresso GIFE (a)	-	675.810
Aplicações financeiras - recursos com projetos e convênios (a)	1.469.414	764.793
	1.469.415	1.440.604
Banco conta movimento	-	71
Certificado de depósitos bancários	-	85
Cotas de fundos de investimentos	78.956	304.138
Projeto FUNDO BIS (b)	78.956	304.294
Caixa e Aplicações Financeiras - vinculados	1.548.371	1.744.898

Os recursos vinculados a projetos referem-se a recursos recebidos de parceiros que serão utilizados exclusivamente nos projetos a que estão vinculados.

- (a) As aplicações financeiras referem-se a títulos em renda fixa representados por Certificados de Depósitos Bancários-CDBs, remuneradas a taxa de 80% do valor da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) para os exercícios abrangidos por estas demonstrações financeiras.
- (b) Saldo composto por aplicações das doações recebidas para o Projeto FUNDO BIS, em que o GIFE é depositário dos recursos, e, portanto, não beneficiário das doações. Estas (assim como a receita de juros delas provenientes) estão registrados como Adiantamento de Associados e Outras Organizações, e foram destinadas a projetos a partir de 2018, dentro das regras de seleção definidas pelo Comitê Executivo do FUNDO BIS, formado por várias organizações que fomentam a Cultura de Doação no Brasil. Estas aplicações correspondiam a R\$ 78.956 em 2018 (R\$ 304.294 em 2017).

6 Fundo Patrimonial

	2018	2017
Operação Compromissada	735.507	690.685
Letras Financeiras	1.602.297	1.504.183
	2.337.804	2.194.868
Circulante	735.507	-
Não Circulante	1.602.297	2.194.868

Conforme definido no Estatuto, o GIFE constituiu um fundo patrimonial destinado a assegurar a perpetuidade da Entidade, sendo gerido de forma independente em relação ao custeio das operações ordinárias. O Fundo não poderá ser destinado a cobrir despesas ordinárias de custeio, salvo se precedido de autorização do Conselho de Governança que, todavia, não poderá autorizar o uso superior a 20% dos seus recursos no mesmo mandato.

O Fundo Patrimonial foi formado por contribuições específicas de associados e totalizava, em 31 de dezembro de 2018, o saldo de R\$ 2.337.804 (R\$ 2.194.868 em 2017). É composto por Letras Financeiras junto ao Banco Bradesco S.A., remunerada a 101,7% ao ano do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, sem liquidez e com vencimento em junho de 2020 e por operações compromissadas também no Banco Bradesco S.A, lastreada em debêntures, remunerada a 100,1% ao ano do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, com liquidez e com vencimento em maio de 2019.

7 Outros créditos

	2018	2017
Impostos a recuperar	5.440	394
Adiantamento de salários	10	9
Adiantamento de serviços	125	1.482
Outras contas a receber (a)	<u>167.708</u>	<u>100.000</u>
	<u>173.283</u>	<u>101.885</u>

A composição de “outras contas a receber” contempla um aporte de apoio institucional (R\$80.000), o patrocínio ao evento “Jornada ISP” realizado em novembro de 2018 (R\$50.000), uma doação à iniciativa “O que o Investimento Social pode fazer” (R\$30.000), e contribuições associativas referentes ao ano de 2018 (R\$7.708).

8 Despesas antecipadas

Em 2018, as despesas antecipadas no valor de R\$ 226.973 são compostas principalmente por adiantamento a fornecedores de projetos e iniciativas que serão realizadas em 2019, com destaque para a execução das pesquisas contempladas no projeto “Sustentabilidade Econômica de OSCs”, e projeto “Articulação estratégica para impacto do investimento social em Educação”. Em 2017, as despesas antecipadas no valor de R\$ 283.427 são compostas principalmente por adiantamento a fornecedores de projetos e iniciativas que foram realizadas em 2018, com destaque para o “X Congresso GIFE”.

	2018	2017
Contratos de Serviços	209.743	269.019
Seguros a Vencer	1.250	1.187
Outras Despesas	<u>15.980</u>	<u>13.221</u>
	<u>226.973</u>	<u>283.427</u>

9 Imobilizado

	Imobilizado Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	
			2018	2017
Imóveis	419.085	243.086	175.999	192.763
Móveis e Utensílios	109.152	99.114	10.038	11.650
Equipamentos de Informática	205.984	166.984	39.000	31.497
Máquinas e Equipamentos	16.130	12.685	3.445	3.395
Instalações	221.409	218.993	2.416	3.033
	971.760	740.862	230.898	242.338
Movimentação do Imobilizado - Custo	2017	Adições	Baixas	2018
Imóveis	419.085	-	-	419.085
Móveis e Utensílios	109.208	-	56	109.152
Equipamentos de Informática	201.510	13.000	8.526	205.984
Máquinas e Equipamentos	16.419	819	1.108	16.130
Instalações	221.409	-	-	221.409
	967.631	13.819	9.690	971.760
Movimentação do Imobilizado - Depreciação acumulada	2017	Baixas	Depreciação no exercício	2018
Imóveis	(226.322)	-	16.764	243.086
Móveis e Utensílios	(97.558)	56	1.612	99.114
Equipamentos de Informática	(170.013)	8.526	5.497	166.984
Máquinas e Equipamentos	(13.024)	1.108	769	12.685
Instalações	(218.376)	-	617	218.993
	(725.293)	9.690	25.259	740.862
Movimentação do Imobilizado - Custo		2016	Adições	2017
Imóveis		419.085	-	419.085
Móveis e Utensílios		109.208	-	109.208
Equipamentos de Informática		188.993	12.517	201.510
Máquinas e Equipamentos		16.419	-	16.419
Instalações		221.409	-	221.409
		955.114	12.517	967.631
Movimentação do Imobilizado - Depreciação acumulada		2016	Depreciação no exercício	2017
Imóveis		(209.559)	(16.763)	(226.322)
Móveis e Utensílios		(95.946)	(1.612)	(97.558)
Equipamentos de Informática		(154.443)	(15.570)	(170.013)
Máquinas e Equipamentos		(13.273)	249	(13.024)
Instalações		(218.459)	83	(218.376)
		(691.680)	(33.613)	(725.293)

10 Fornecedores

	2018	2017
Fornecedores	<u>81.870</u>	<u>61.022</u>

Em 2018, o valor é composto pela provisão de fornecedores em dezembro/2018 pagos em janeiro/2019, sendo os principais ligados ao projeto “Sustentabilidade Econômica de OSCs” e à operação administrativa e de infraestrutura da organização.

11 Impostos e Contribuições retidos na fonte e a recolher

	2018	2017
Impostos e contribuições retidos na fonte	4.508	4.150
Impostos e contribuições a recolher	<u>2.345</u>	<u>2.047</u>
	<u>6.853</u>	<u>6.197</u>

A partir de 1º de julho de 2015, com vigência do Decreto nº 8426/2015, as pessoas jurídicas tributadas com base no regime não cumulativo deverão apurar a contribuição para PIS/PASEP e a COFINS pelas alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente. Contudo, em consulta à sua assessoria jurídica, a Entidade entendeu que não deve recolher COFINS sobre suas Receitas Financeiras, pois a IN/RFB 404/2004, ao enquadrar entidades como o GIFE entre as sujeitas ao regime cumulativo da COFINS, permite que suas receitas financeiras não se enquadrem no conceito de receita tributável aplicável a COFINS, pois não estão sujeitas às regras do Decreto 8.426/2015, aplicáveis apenas às pessoas jurídicas sujeitas ao regime não cumulativo da COFINS.

12 Obrigações Sociais e Trabalhistas

	2018	2017
FGTS a recolher	-	3
INSS sobre terceiros (cooperativa)	47	62
Férias a pagar	219.504	146.207
Encargos sobre férias (INSS e FGTS)	<u>73.534</u>	<u>48.980</u>
	<u>293.085</u>	<u>195.252</u>

13 Projetos vinculados a executar

A seguir apresentamos os convênios em andamento no exercício e sua movimentação demonstrando o total de recursos recebidos pela Entidade bem como os montantes utilizados na execução dos convênios (consumo).

Projeto / Evento	31/12/2017	Valores Recebidos	Rendimentos Financeiros	(Apropriado)	Saldos em 31/12/2018
Patrocínio Congresso	600.000	1.970.000	-	(2.570.000)	-
Subvenção e patrocínio Projeto Sustentabilidade Econômica das OSCs (a)	368.934	1.490.647	-	(1.308.642)	550.939
Inscrições Congresso 2018	75.810	505.403	-	(577.863)	3.350
Fundo BIS (b)	304.294	40.000	7.285	(272.623)	78.956
Rede Temática de Leitura	166.980	225.000	-	(164.874)	227.106
O que o ISP Por Fazer Por Sinapse	-	420.000	-	(146.639)	273.361
Patrocínio publicação Temas ISP	79.900	-	-	(78.520)	1.380
Jornada ISP	75.000	25.000	-	(71.190)	28.810
Patrocínio do Censo GIFE	-	50.000	-	(50.000)	-
Grupo de Avaliação	43.800	-	-	(41.115)	2.685
Ciclo de Avaliação	-	150.880	-	(22.632)	128.248
Inscrições da Pesquisa Salarial 2017	22.835	-	-	(14.059)	8.776
Rede Temática de Políticas Públicas	-	9.833	-	(9.833)	-
Rede Narrativas	6.850	-	-	(6.850)	-
Rede Temática de Garantia de Direitos	-	20.000	-	(5.240)	14.760
Apoio Institucional	495	1.249	-	(1.744)	-
Articulação estratégica para impacto do investimento social em Educação	-	80.000	-	-	80.000
	-	150.000	-	-	150.000
Saldo bruto	1.744.898	5.138.012	7.285	(5.341.824)	1.548.371
*Fundo BIS (b)	304.294	38.800	7.285	(271.423)	78.956
Saldo líquido	1.440.604	5.099.212	-	(5.070.401)	1.469.415

- **Valores recebidos** - referem-se aos montantes recebidos ou captados para a realização dos projetos e/ou eventos.
- **Apropriado** - referem-se às receitas consumidas pelos projetos e/ou eventos ao longo do exercício social.

(a) O saldo de R\$ 550.939 é composto majoritariamente pela subvenção recebida antecipadamente da União Europeia, e conta também com saldo das doações antecipadas da Fundação Lemann e do Instituto de Cidadania Empresarial para o projeto Sustentabilidade Econômica das Organizações da Sociedade Civil, nos montantes de R\$ 100.000 e R\$ 20.000, respectivamente.

O projeto Sustentabilidade Econômica das Organizações da Sociedade Civil desdobra-se da estruturação da iniciativa de Advocacy, iniciada em 2016. A proposta é construir um ambiente legal, jurídico e institucional saudável para a atuação das organizações da sociedade civil (OSCs) no país, promovendo uma série de iniciativas cujo objetivo é o fortalecimento da capacidade institucional da sociedade civil por meio de alterações normativas e regulatórias que ampliem as condições para a sua sustentabilidade política e econômica.

O projeto está fundamentado em quatro temas centrais:

1. A implementação do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil;
 2. Redução das barreiras tributárias às doações a organizações sem fins lucrativos reduzidas por meio de alterações na sistemática do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) e nas demais obrigações acessórias que interferem na sua aplicação;
 3. Criação de Regime de incentivos fiscais para doação de pessoas físicas às organizações da sociedade civil alterado de forma a permitir a doação direta a organizações sem fins lucrativos com possibilidade de direcionamento para ações institucionais e de longo prazo;
 4. Criação da Figura jurídica dos fundos patrimoniais vinculados (endowments).
 5. Com duração de 3 anos, o projeto conta com a subvenção financeira da União Europeia, tendo o GIFE sido contemplado pelo edital temático "Organizações da Sociedade Civil e Autoridades Locais". Conta ainda com outros apoiadores, e é realizado em parceria com o Centro de Pesquisa Jurídica Aplicada da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).
- (b) O saldo de R\$ 78.956 refere-se a doações para o projeto Fundo BIS, saldo este que será operacionalizado em 2019.

O Projeto FUNDO BIS visa apoiar iniciativas que contribuam para ampliar o volume de doações no país. A proposta surgiu de um grupo de organizações a partir da constatação de que há um volume ainda tímido de doações no Brasil.

14 Adiantamento de Associados

	2018	2017
Contribuição de Associados	1.325.377	1.101.933

Em 2017 e 2018, parte dos associados da Entidade optou pelo pagamento antecipado de suas contribuições associativas anuais, gerando os saldos supracitados.

15 Provisão para Contingências

A Entidade, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza fiscal, trabalhista e cível.

A Entidade não é parte envolvida em quaisquer processos, sejam de natureza trabalhista, cível ou fiscal, que devam estar registrados ou divulgados nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

16 Patrimônio Líquido

Representa o patrimônio líquido inicial da Entidade, reduzido dos déficits ou acrescido dos superávits apurados anualmente desde a data de sua constituição.

Em caso de dissolução, qualificada nos termos da Lei 9.790, de 23 de março de 1999, o patrimônio líquido da Entidade deverá necessariamente ser destinado a outra instituição qualificada nos termos da mesma lei, preferencialmente com mesmo objeto social.

17 Renúncia fiscal

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

- IRPJ (Imposto de renda da Pessoa Jurídica)
- CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido)
- COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas próprias

Sobre as receitas da Entidade provenientes de Contribuições Associativas, patrocínios e apoio institucional, não incidirá ISS, por não se tratar de prestação de serviços. O PIS é devido e recolhido na modalidade sobre a folha de pagamento na alíquota de 1%. O ISS e a COFINS são devidos e recolhidos sobre receitas provenientes de cursos. Desta forma os impostos de renúncia serão : COFINS de 7,6% sobre as receitas de atividades, 4% sobre as receitas financeiras e IRPJ e CSLL de 34% sobre o superávit do exercício, quando aplicável.

18 Contribuições de Associados

Os valores das contribuições anuais dos associados ao GIFE são calculados de acordo com a Política de Contribuição Associativa, apresentada na Assembleia Geral Anual do GIFE de 2015, com valores atualizados anualmente e divulgados aos associados.

Os valores das contribuições de associados, no exercício de 2018, alcançaram o saldo de R\$ 2.935.932 (R\$ 2.469.211 em 2017).

19 Receitas de Atividades - Receita de projetos e convênios e eventos (congressos)

As receitas de atividades são compostas, substancialmente, pelas receitas de iniciativas, como Censo GIFE, Congresso GIFE (somente nos anos pares), patrocínios a projetos, além de outras doações.

a. Natureza dos projetos e convênios

	2018			2017		
	Prestação de Serviços	Doação	Patrocínio	Prestação de Serviços	Doação	Patrocínio
Subvenção e patrocínio Projeto Sustentabilidade Econômica das OSCs (a)	-	1.308.642	-	-	965.063	-
Redes Temáticas	-	173.468	-	-	-	146.182
O que o ISP Por Fazer Por	-	120.000	26.639	-	-	-
Patrocínio publicação Temas ISP	-	71.190	-	-	-	-
Grupo de Avaliação	-	16.632	6.000	-	-	-
Ciclo de Avaliação	-	14.059	-	-	127.165	-
Fundo BIS (b)	-	1.200	-	-	-	-
Rede Narrativas	-	-	5.240	-	-	-
Inscrições da Pesquisa Salarial 2017	9.833	-	-	198.048	-	-
Patrocínio do Censo GIFE	-	-	41.115	-	-	394.313
Investimento Social Familiar	-	-	-	-	139.000	-
Jornada ISP	-	-	50.000	-	-	-
Investimento Social Empresarial	-	-	-	-	-	100.000
Sinapse	-	78.520	-	-	-	-
GIFE Memória	-	-	-	-	15.000	-
Total por Natureza	9.833	1.783.711	128.994	198.048	1.246.228	640.495
Total	-	-	1.922.538	-	-	2.084.771

(a) Natureza dos eventos, congressos em 2018

	2018			
	Prestação de Serviços	Doação	Patrocínio	TOTAL
Congresso GIFE	577.863	945.000	1.625.000	3.147.863

Congresso GIFE

A receita do Congresso GIFE, evento realizado bianualmente e que em 2018 completou sua 10ª edição, é composta substancialmente pelas inscrições, doações e pelos patrocínios. O objetivo desse evento é proporcionar um ambiente de reflexões e debate para o público dos associados e demais interessados no campo, além de ressaltar a importância da articulação entre diferentes instituições sociais, um dos grandes desafios para o desenvolvimento de uma sociedade sustentável.

Abaixo destacamos os demais projetos desenvolvidos pelo GIFE em 2018 e 2017:

b. Painel de Transparência

O Painel é uma ferramenta online que organiza e disponibiliza informações institucionais relevantes sobre as fundações e os institutos associados ao GIFE a partir de um grupo de indicadores. Este instrumento permite a qualquer um observar se a organização publica em seu site a informação sobre cada indicador e acessá-la por meio de link que direciona o usuário para o dado no site do associado.

A participação dos associados no Painel é voluntária: ou seja, cada organização participante autorizou a divulgação de seus dados. Ao aderir, os associados demonstram seu comprometimento com a melhoria de suas práticas de transparência, independentemente do estágio em que se encontram.

A plataforma online também reúne literatura sobre o tema já produzida pelo GIFE e por outras organizações de referência, bem como relatórios analíticos sobre os dados coletados, links para experiências internacionais semelhantes e guias orientadores.

O Painel GIFE de Transparência é um projeto em desenvolvimento. A perspectiva é de que o projeto se desenvolva em etapas e que os indicadores possam ser aprimorados a partir dos resultados alcançados e das análises e diálogos realizados, ou seja, da evolução do próprio tema.

Inspirada na experiência pioneira do GlassPockets - projeto de 2010 do Foundation Center (EUA) estruturado a partir de um movimento pela transparência nas fundações que remonta ao final da década de 1950 - essa iniciativa conta com o apoio do Instituto C&A.

c. Indicadores de Governança

Os Indicadores GIFE de Governança são um instrumento que permite a associações e fundações avaliar por si mesmos o grau de desenvolvimento de sua governança tendo como referência as linhas gerais estabelecidas pelo Guia das melhores práticas de governança para institutos e fundações empresariais, elaborado pelo GIFE e o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). A autoavaliação viabilizada por esta ferramenta é um convite para que as organizações desenvolvam um exercício interno de reflexão e aprimoramento de sua governança.

d. Investimento Social Familiar

O GIFE realizou em 2015 o projeto Investimento Social Familiar, pois entende que as famílias têm se tornado importantes agentes no campo, e vêm crescendo em número de organizações, atuação e valores investidos. Entre várias ações ao longo do ano, e com o objetivo de compreender o perfil e o desenvolvimento recente de fundações e institutos familiares no Brasil, o GIFE lançou a primeira pesquisa sobre o tema no contexto brasileiro. “Retratos do investimento social familiar no Brasil” busca identificar razões para o crescimento do número de investidores, além de instigar a compreensão das peculiaridades das organizações familiares. A iniciativa foi estendida para 2016, com a produção e distribuição de material ilustrativo sobre o tema. Ainda com a proposta de fortalecer e ampliar a filantropia familiar no Brasil, em 2017 o GIFE promoveu o Encontro GIFE de Investimento Social Familiar, em São Paulo. A iniciativa reuniu mais de 60 pessoas, entre institutos e fundações, assim como demais interessados em debater sobre os desafios e as tendências para este campo no país.

e. Investimento Social Empresarial

O GIFE realizou em 2017 o encontro bienal que reúne as principais lideranças dos investidores sociais no Brasil, com enfoque em relacionamento e construção de confiança. Trata-se de uma oportunidade exclusiva de relacionamento entre os principais executivos e filantropos que investem no Brasil. Em 2018, o GIFE participou ativamente de espaços de discussão estratégica do investimento social empresarial, como as discussões promovidas pelo CISE (Conselho Deliberativo do Índice de Sustentabilidade Empresarial).

f. Censo GIFE

O Censo GIFE é uma pesquisa realizada a cada dois anos, que tem como objetivo apresentar um amplo panorama do investimento social privado no Brasil, tendo como base a rede de organizações associadas ao GIFE. Para a elaboração desse estudo, o GIFE conta com o patrocínio de organizações associadas.

Trata-se da principal pesquisa sobre investimento social privado no Brasil. Ela é baseada no princípio de que ampliar o acesso a dados de qualidade influencia a eficiência, a importância e o impacto do investimento social privado.

Para isso, desde 2001, o Censo GIFE busca por informação confiável, abrangente e de qualidade sobre quanto e como se investe no Brasil e quem são as empresas, fundações e institutos de origem empresarial, familiar, independente e comunitária, que investem recursos privados em ações de finalidade pública, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade brasileira.

Ao apresentar as principais tendências e mudanças na prática dos maiores investidores sociais privados do país, o Censo GIFE dá suporte ao planejamento e estruturação dos investidores e ao setor do investimento social e da sociedade civil como um todo.

Em agosto de 2016 o GIFE lançou o Keyfacts, um hotsite com os principais resultados do Censo, agregando também informações sobre as fundações dos EUA. Em dezembro de 2017 a pesquisa foi publicada na íntegra e reuniu em um evento de lançamento 80 representantes do ecossistema do investimento social privado. Em 2018 deu-se início à estruturação do questionário CENSO GIFE 2018, 11ª versão da pesquisa.

g. GIFE Memória

Em 2016, o GIFE deu início a um cuidadoso trabalho de resgate da sua história. O projeto GIFE Memória teve como propósito disponibilizar o conhecimento acumulado pela organização desde sua fundação, facilitando o acesso e as discussões em torno do investimento social privado.

Em 2016, foram realizadas atividades de mapeamento e identificação de documentos físicos e digitais e de levantamento de fontes de pesquisa e informações sobre o GIFE. Em 2017, foram finalizados 21 depoimentos, que subsidiaram o resgate histórico. Foi realizada ainda a estruturação da política de avaliação e gestão de documentos históricos, a construção da linha do tempo (1995-2015) e a produção do relatório final.

h. Sustentabilidade Econômica de OSCs

O projeto Sustentabilidade Econômica das Organizações da Sociedade Civil propõe-se a construir um ambiente legal, jurídico e institucional saudável para a atuação das organizações da sociedade civil (OSCs) no Brasil, promovendo uma série de ações para fortalecimento da sociedade civil por meio de alterações normativas e regulatórias que ampliem as condições para a sua sustentabilidade política e econômica.

i. Pesquisa Salarial

O GIFE lançou em 2017 a quarta edição da pesquisa de remuneração total, realizada a cada dois anos. Com a participação de 36 fundações e institutos, a iniciativa apresentou, por meio de um sistema interativo online, uma análise exclusiva de salários, benefícios e programas de remuneração das organizações. Conduzido por uma consultoria especializada em remuneração, o estudo é uma ferramenta estratégica de gestão de pessoas, apoiando a seleção e retenção de talentos. Durante 2018, foi aberta a possibilidade de aquisição de um relatório estático com esses dados para organizações que não participaram dessa edição.

j. Ciclo de Avaliação

O Ciclo de Encontros de Avaliação: antes, durante e depois é uma iniciativa da Fundação Itaú Social e da Fundação Roberto Marinho em parceria com o GIFE, que promoveu quatro encontros sobre a relevância da avaliação para o investimento social privado, três deles em 2017. Nos últimos quatro anos, as organizações já haviam promovido seminários internacionais e eventos sobre o tema. No Ciclo de Encontros de Avaliação foi estabelecido um novo formato para aprofundar ainda mais as discussões. A sistematização destes encontros gerou um produto, que, em 2018, foi disseminado na íntegra e sob a forma de artigos mais enxutos, em diversos canais, dentre eles os portais Ideia Sustentável e Nossa Causa.

k. Redes Temáticas

As redes temáticas são ambientes de diálogo propostos e coordenados pelos associados GIFE, que realizam o aprofundamento de temáticas específicas do investimento social, a partir de sua atuação.

O GIFE acompanha e mobiliza estas redes temáticas, fomentando debates, conexão e integração com outras organizações e assuntos estratégicos, criando oportunidades para ampliar e fortalecer as redes e suas conexões, estimulando a autonomia, diversidade e inovação.

Em 2017, mantiveram-se ativas oito diferentes redes temáticas. Em 2018, foram ativadas duas redes temáticas adicionais. Neste ano, o GIFE recebeu recurso de doações para financiar apenas as atividades da Rede Temática de Leitura e Escrita de Qualidade para Todos.

l. Articulação estratégica para impacto do investimento social em Educação

Este projeto tem como objetivo reunir diretrizes e orientações para o setor do investimento social no que se refere especificamente à sua atuação em educação. Em 2018 foi realizada uma escuta ampla com a realização de 30 entrevistas em profundidade com os executivos das principais instituições investidoras em educação, além de pessoas e instituições de outros setores referência no tema. O trabalho contemplou ainda a realização de dois workshops, que oportunizaram ouvir outras 30 personalidades referências no assunto - entre investidores sociais, OSCs e organismos internacionais.

m. Grupo de Avaliação

No fim de outubro, o GIFE formou uma delegação brasileira de investidores sociais que participou da conferência “Evaluation 2018 - Speaking Truth to Power”, realizada pela Associação Americana de Avaliação (AEA, na sigla em inglês) em Cleveland, nos Estados Unidos. De volta ao Brasil, o grupo se reuniu em São Paulo para trocar aprendizados e insights suscitados no evento e consolidar a agenda de fomento da cultura de avaliação junto aos associados do GIFE para o próximo período. Em 2018, o GIFE recebeu aportes para a consolidação e atuação deste grupo de Instituto C&A de Desenvolvimento Social, Fundação Roberto Marinho e Fundação Itaú Social.

n. O que o Investimento Social Privado pode fazer por

O projeto “O que o ISP pode fazer por...?” traz para o debate oito temas urgentes e relevantes da agenda pública nos quais a atuação do Investimento Social Privado (ISP) se dá de forma ainda tímida. Seu objetivo é promover a diversificação e expansão do campo, dada a amplitude de desafios que temos hoje como sociedade.

O projeto contempla um trabalho de pesquisa de conteúdo, escuta de atores referência nos temas e debates junto a interlocutores das mais diversas esferas (poder público, academia, organizações da sociedade civil, investimento social privado, entre outras) a partir da realização de workshops. O resultado dessa etapa resulta na produção de um vídeo e um guia.

o. 1ª Chamada de artigos

Com o objetivo de estimular, ampliar e disseminar a produção de conhecimento qualificado sobre o campo do investimento social privado por pesquisadores das diferentes regiões do Brasil o GIFE convidou pesquisadores interessados pelo setor para participarem de sua primeira Chamada de Artigos CENSO GIFE. Foram selecionados seis artigos acadêmicos que serão divulgados individualmente e também comporão a publicação “Artigos GIFE”.

p. Rede Narrativas

Narrativas é uma rede de profissionais de comunicação de causas que tem como objetivo fortalecer o papel da comunicação nas organizações da sociedade civil a partir da difusão de conhecimento e promoção de espaços de debate. A rede foi lançada oficialmente durante o X Congresso GIFE.

20 Despesa com Pessoal

	2018	2017
Salários, 13º Salário, Férias, Indenizações	(2.076.593)	(1.822.804)
INSS	(512.219)	(459.479)
FGTS	(227.655)	(144.325)
Benefícios	(405.597)	(329.933)
PIS Sobre Folha de Pagamento	(19.681)	(17.991)
	<u>(3.241.745)</u>	<u>(2.774.532)</u>

21 Despesas Gerais e Administrativas

	2018	2017
Funcionamento	(122.906)	(152.824)
Terceiros	(458.066)	(324.393)
Suprimentos	(30.011)	(26.327)
Outras Despesas Operacionais	<u>(59.810)</u>	<u>(59.216)</u>
	<u>(670.793)</u>	<u>(562.760)</u>

22 Despesas Gerais com eventos, convênios e projetos

	2018	2017
Despesas Gerais com Eventos - Congresso GIFE:		
Infraestrutura	(675.737)	-
Terceiros	(575.484)	-
Comunicação	(234.589)	-
Viagens	(60.121)	-
Impostos e Taxas	(33.825)	-
Reuniões	(19.428)	-
Suprimentos	(1.158)	-
	(1.600.342)	-
Vide comentário na Nota 19 a.1.		
Despesas Gerais com Projetos e Convênios:		
Terceiros	(834.966)	(948.006)
Comunicação	(382.762)	(308.699)
Viagens	(112.032)	(45.990)
Infraestrutura	(44.369)	(54.880)
Reuniões	(39.629)	(36.274)
Impostos e Taxas	(5.100)	-
Suprimentos	(253)	(906)
	(1.419.111)	(1.394.755)

23 Resultado Financeiro

	2018	2017
Receitas Financeiras		
Rendimento do Fundo Patrimonial	142.936	152.859
Descontos Obtidos	475	51.216
Rendimentos sobre Aplicações Financeiras	63.190	92.612
Outras receitas financeiras	<u>2.047</u>	<u>1.375</u>
	208.648	298.062
Despesas Financeiras		
IR Sobre Aplicações Financeiras	(8.125)	(71.059)
Despesas Bancárias	(12.960)	(8.343)
Despesas com Câmbio Financeiro	(2.589)	(877)
Outras Despesas Financeiras	<u>(13.024)</u>	<u>(21.104)</u>
	<u>(36.698)</u>	<u>(101.384)</u>
Resultado Financeiro Líquido	<u>171.950</u>	<u>196.679</u>

24 Gratuidades recebidas e trabalhos voluntários ou Pro-Bono

As gratuidades e trabalhos voluntários ou pro-bono identificados pela Administração como tendo sido prestados no exercício de 2018, bem como o seu valor justo, podem ser assim descritos e estão registrados na demonstração do resultado nas contas de “Receitas de trabalho voluntário” e de “Custos e despesas com trabalho voluntário”.

Descrição	2018	2017
Conselheiros	6.771	8.251

O valor justo dos trabalhos voluntários descritos acima foi determinado a partir do valor que o GIFE estaria disposto a pagar a um terceiro para que ele prestasse o mesmo serviço prestado pelo voluntário.

25 Instrumentos financeiros

A Entidade opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

Estimativa do valor justo

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante este exercício a Entidade não efetuou operações com derivativos.

Instrumentos financeiros “Não derivativos”

Todos os ativos financeiros “não derivativos” (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Entidade, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 38 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

- **Nível 1** - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- **Nível 2** - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços);
- **Nível 3** - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Entidade está classificado como Nível 2 (representado pelas aplicações financeiras e fundo patrimonial).

Em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2018, a Entidade está sujeita aos fatores de:

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da Entidade, no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Entidade. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Com relação às taxas de juros, visando a mitigação deste tipo de risco, a Entidade centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham, a variação do CDI - certificado de depósito interbancário e fundos de renda fixa.

26 Avais, fianças e garantias

A Entidade não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante o exercício de 2018 e 2017.

* * *

José Marcelo Sallovitz Zacchi
Secretário Geral

Fernanda Natalino
Contadora CRC 1SP144709/O-3